

RECURSO ESPECIAL Nº 1.587.238 - RS (2016/0049589-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADOS : IGOR HAMILTON MENDES E OUTRO(S) - RS061815
FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277
CAROLINA TEIXEIRA CAPRA - RS069737
RECORRIDO : ALENCAR TORRES PORTO
RECORRIDO : IRACYR PITTA BERTUOL
RECORRIDO : IRACEMA SILVA DE LIMA
RECORRIDO : PEDRO NERY APPEL
ADVOGADOS : NORBERTO BARUFFALDI E OUTRO(S) - RS007983
ERNANI PERES DOS SANTOS - RS069922

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, interposto por FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 296 e-STJ):

APELAÇÕES CÍVEIS. PREVIDÊNCIA PRIVADA.

LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO.

Inexistente qualquer responsabilidade por parte do banco patrocinador, ante a ausência de vínculo entre as partes. Esgota-se, em relação ao banco, a relação contratual existente quando da aposentação em concreto.

RENÚNCIA A DIREITO DE AÇÃO EM RELAÇÃO A UM DOS AUTORES. ACORDO HOMOLOGADO.

Acordo homologado por transação entre as partes, nos termos do art. 269, inc. III, do CPC.

PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR AFASTADA.

No que diz com a preliminar de falta de interesse de agir, uma vez que os reajustes já teriam sido considerados para fins de cálculo da 13º salário, tem-se que merece ser afastada, uma vez que, como referido em sentença, a pretensão inicial não se limita ao período em que o 13º salário foi incluído nas planilhas de cálculo das execuções promovidas nos processos originários.

DIFERENÇAS SALARIAIS. ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. COMPENSAÇÃO PARA FINS DE CUSTEIO.

Tratando-se de lide que discute previdência privada, de fato, tem-se que não se trata, em concreto, de sistema simples de composição de contraprestação. O que prevê a contratualidade estabelecida entre as partes é a composição do benefício a partir de uma análise da remuneração do próprio beneficiário no tempo e, desde então, de uma manutenção deste valor por um cálculo atuarial próprio, previsto em regulamento do plano. Entende-se pela alteração na base de cálculo do benefício previdenciário, devendo a demandada complementar o benefício previdenciário da parte autora, consideradas as parcelas reconhecidas em demandas específicas, observando-se para tanto a prescrição quinquenal.

Acompanhando entendimento dessa Câmara Cível, reconhece-se cabível a compensação prevista nos arts. 368 e 369 do Código Civil entre a verba ora deferida e o valor que deveria ter sido pago pela parte demandante a título de contribuição, visando justamente garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de custeio. Tem-se também que os descontos fiscais e previdenciários e à dedução do imposto de renda devem incidir sobre os valores do benefício devido, considerados mês a mês e sobre a parcela correspondente, já que previstos em lei e exigíveis quando do pagamento. A correção monetária deve incidir desde a data de vencimento de cada parcela.

REJEITADAS AS PRELIMINARES, RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

Em juízo de retratação, o Tribunal local de parcial provimento aos recursos nos seguintes termos:

RETRATAÇÃO. MANUTENÇÃO DE DECISÃO.
APELAÇÕES CÍVEIS. PREVIDÊNCIA PRIVADA.
LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO.

Inexistente qualquer responsabilidade por parte do banco patrocinador, ante a ausência de vínculo entre as partes. Esgota-se, em relação ao banco, a relação contratual existente quando da aposentação em concreto.

RENÚNCIA A DIREITO DE AÇÃO EM RELAÇÃO A UM DOS AUTORES. ACORDO HOMOLOGADO.

Acordo homologado por transação entre as partes, nos termos do art. 269, inc. III, do CPC.

PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR AFASTADA.

No que diz com a preliminar de falta de interesse de agir, uma vez que os reajustes já teriam sido considerados para fins de cálculo da 13º salário, tem-se que merece ser afastada, uma vez que, como referido em sentença, a pretensão inicial não se limita ao período em que o 13º salário foi incluído nas planilhas de cálculo das execuções promovidas nos processos originários.

DIFERENÇAS SALARIAIS. ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO.
COMPENSAÇÃO PARA FINS DE CUSTEIO.

Tratando-se de lide que discute previdência privada, de fato, tem-se que não se trata, em concreto, de sistema simples de composição de contraprestação. O que prevê a contratualidade estabelecida entre as partes é a composição do benefício a partir de uma análise da remuneração do próprio beneficiário no tempo e, desde então, de uma manutenção deste valor por um cálculo atuarial próprio, previsto em regulamento do plano. Entende-se pela alteração na base de cálculo do benefício previdenciário, devendo a demandada complementar o benefício previdenciário da parte autora, consideradas as parcelas reconhecidas em demandas específicas, observando-se para tanto a prescrição quinquenal.

Acompanhando entendimento dessa Câmara Cível, reconhece-se cabível a compensação prevista nos arts. 368 e 369 do Código Civil entre a verba ora deferida e o valor que deveria ter sido pago pela parte demandante a título de contribuição, visando justamente garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de custeio. Tem-se também que os descontos fiscais e

previdenciários e à dedução do imposto de renda devem incidir sobre os valores do benefício devido, considerados mês a mês e sobre a parcela correspondente, já que previstos em lei e exigíveis quando do pagamento. A correção monetária deve incidir desde a data de vencimento de cada parcela.

EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO, REJEITADAS AS PRELIMINARES.
RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

Em suas razões de recurso especial (fls. 658/683, e-STJ), a recorrente aponta violação aos arts. 535, inc. II, do CPC/73, 3º da LC n. 108/01, além de divergência jurisprudencial.

Sustenta, em síntese: a) negativa de prestação jurisdicional; e b) impossibilidade de inclusão nos proventos de aposentadoria complementar dos reflexos do auxílio cesta alimentação e abono de dedicação integral.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

Decide-se.

O presente recurso não merece prosperar.

1. Afasta-se, de início, a alegação de negativa de prestação jurisdicional. Não se verifica ofensa ao artigo 1.022, inc. II, do CPC/15 quando o Tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, não se deve confundir decisão contrária aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no AREsp 1254843/RS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018; **AgInt no AREsp 1015125/AC**, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018; **AgInt nos EDcl no REsp 1647017/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018 .

2. Com relação ao mérito da controvérsia, o Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, reconheceu que o valor correspondente aos reflexos sobre a gratificação semestral faz parte da base de cálculo da remuneração, consoante verifica-se do acórdão local, *verbis* (fls. 732, e-STJ):

Ocorre que, conforme se denota da fundamentação que segue, o caso dos autos difere do acórdão paradigma. Refere-se a parcelas que foram reconhecidas em demandas judiciais como sendo de caráter remuneratório - e não indenizatório -, já incorporadas aos ganhos dos requerentes, uma vez que preenchidos os requisitos legais, com a devida compensação dos valores que deveriam ter sido pagos pelos associados a título de contribuição, conforme fundamentação que segue utilizada quando do julgamento do recurso (fls. 500/506 dos autos) :

...) Em relação à preliminar de litisconsórcio passivo arguida, cumpre seja a mesma afastada, havendo certa tranquilidade nas Câmaras Cíveis de julgamento da matéria do TJRS em relação ao seu afastamento. Descabe o litisconsórcio passivo necessário ao Banrisul no presente feito, esgotando-se, em relação a este, a relação contratual existente quando da aposentação em

concreto.

Para tanto, acolhe-se como argumentação suficiente sobre a matéria o disposto nos acórdãos dos processos nº 70049171549 e 70047852553, ambos deste Tribunal.

Em relação à demandante Nara Maria dos Santos Flores, havendo acordo expresso assinado pelo autor, com reconhecimento de firma inclusive, reconhece-se a transação (fls. 463/474). Ante o exposto, em relação à demandante Nara Maria dos Santos Flores, o voto é no sentido de, por transação, homologar o acordo juntado aos autos pelas partes (fls. 463/474), observando o disposto no art. 269, inc. III, do CPC.

Em relação à demandada Bernardete Mazzarolo Foppa, mantém-se a decisão de fl. 461, em que foi homologado o acordo (fls. 450/455) realizado entre a autora Bernardete Mazzarolo Foppa e a parte ré e declarado extinto o processo em relação à autora.

No que diz com a preliminar de falta de interesse de agir, uma vez que os reajustes já teriam sido considerados para fins de cálculo da 13º salário, tem-se que merece ser afastada, uma vez que, como referido em sentença, a pretensão inicial não se limita ao período em que o 13º salário foi incluído nas planilhas de cálculo das execuções promovidas nos processos originários.

Superadas as preliminares, possível o julgamento do mérito da demanda.

Tratando-se de lide que discute previdência privada, de fato, tem-se que não se trata, em concreto, de sistema simples de composição de contraprestação. O que prevê a contratualidade estabelecida entre as partes é a composição do benefício a partir de uma análise da remuneração do próprio beneficiário no tempo e, desde então, de uma manutenção deste valor por um cálculo atuarial próprio, previsto em regulamento do plano.

Ocorre que, na espécie, os demandantes comprovaram que foi reconhecido seu direito a percepção de auxílio cesta alimentação, abono salarial único e reajustes salariais previstos em convenção coletiva de trabalho (fls. 54/72), (fls. 94/100), (fls. 107/129) e (157/177) e seus reflexos na remuneração em demandas específicas. Ainda, é de se considerar que tais verbas foram reconhecidas nas demandas judiciais como sendo de caráter remuneratório, integrantes do salário. Assim, entende-se pela alteração na base de cálculo do benefício previdenciário, devendo a demandada complementar o benefício previdenciário da autora, consideradas as parcelas reconhecidas em demandas judiciais anteriores com trânsito em julgado, observando-se para tanto a prescrição quinquenal.

Assim, O acolhimento da pretensão recursal exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias, a partir da interpretação do título executivo judicial, em relação aos seus reflexos sobre a gratificação semestral. Providência que demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. Incidência do óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
PREVIDÊNCIA PRIVADA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO COMPLEMENTAR. REFLEXO

SOBRE 13º SALÁRIO, GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL E CESTA-ALIMENTAÇÃO. PERÍCIA CONTÁBIL. COISA JULGADA. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O Tribunal de origem entendeu que os valores correspondentes à gratificação semestral, 13º salário e cesta-alimentação foram incluídos no cálculo da execução, assim apurado em perícia contábil, o que afasta a tese de violação da coisa julgada. Rever tal conclusão demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que atrai o óbice da Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 876.565/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 22/03/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC/1973. NÃO CARACTERIZAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ADI. 13º SALÁRIO. REFLEXOS. INTERPRETAÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. PROVIMENTO NEGADO.

1. Não configura ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973 o fato de o col. Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte recorrente, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

2. A pretensão de que esta Corte de Justiça verifique se os referidos reflexos do ADI sobre o 13º salário se deram ou não em conformidade com o título executivo judicial, bem como a ocorrência de eventual ofensa à coisa julgada e aos limites da lide principal, esbarram no enunciado da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça, porquanto demandariam o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

3. Agravo interno ao qual se nega provimento.

(AgInt no AREsp 953.369/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 09/03/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1042 DO NCPC) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - PREVIDÊNCIA PRIVADA - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - IMPUGNAÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA AGRAVANTE.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o artigo 1.022 e incisos, do Código de Processo Civil de 2015, o que não se verifica na hipótese.

2. A pretensão de que esta Corte de Justiça verifique se os referidos reflexos do ADI sobre o 13º salário se deram ou não em conformidade com o título executivo judicial, bem como a ocorrência de eventual ofensa à coisa julgada e aos limites da lide principal, esbarram no enunciado da Súmula 7 do

Superior Tribunal de Justiça

Superior Tribunal de Justiça, porquanto demandariam o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1182529/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 30/05/2018)

2. Do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator